

# COP30, a hora da verdade



» LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República

Começa hoje, na Amazônia brasileira, a Cúpula de Belém, que antecede a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). Convoquei os líderes de todo o mundo para essa reunião, dias antes da abertura da COP, para que todos assumam o compromisso multilateral de agir com a urgência que a crise climática exige.

Se não atuarmos de maneira efetiva, para além dos discursos, nossas sociedades perderão a crença nas COPs, no multilateralismo e na política internacional de maneira mais ampla. É por isso que convoquei os líderes globais para a Amazônia e conto com o empenho de todos eles para que essa seja a COP da verdade, o momento em que provaremos a seriedade de nosso compromisso com todo o planeta.

Ações coletivas baseadas na ciência provam nossa capacidade de enfrentar e vencer grandes desafios. Fomos capazes de proteger a camada de ozônio. A resposta global à pandemia da covid-19 provou que o mundo dispõe de meios para agir, sempre que há coragem e vontade política.

O Brasil foi sede da Cúpula da Terra em 1992. Aprovamos as convenções do Clima, da Biodiversidade e da Desertificação e os princípios que estabeleceram um novo paradigma e rumo para preservarmos o planeta e a humanidade. Nesses 33 anos, os encontros resultaram em acordos e metas importantes para a redução dos gases de efeito estufa (zerar o desmatamento até 2030, triplicar o uso de energia renovável etc.).

Mais de três décadas depois, o mundo volta para o Brasil para discutir o enfrentamento à mudança do clima. Não é à toa que a COP30 aconteça no coração da Floresta Amazônica. É uma oportunidade para que políticos, diplomatas,

cientistas, ativistas e jornalistas conheçam a realidade da Amazônia.

Queremos que o mundo veja a real situação das florestas, da maior bacia hidrográfica do planeta e dos milhões de habitantes da região. As COPs não podem ser apenas uma feira de boas ideias, nem uma viagem anual dos negociadores. Elas devem ser o momento de contato com a realidade e de ação efetiva no enfrentamento à mudança do clima.

Para combater, juntos, a crise climática precisamos de recursos. E reconhecer que o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, continua sendo a base inegociável de qualquer pacto climático.

Por essa razão, o Sul Global exige maior acesso a recursos. Não por uma questão de caridade, mas de justiça. Os países ricos foram os maiores beneficiados pela economia baseada em carbono. Precisam, portanto, estar à altura de suas responsabilidades. Não apenas assumir compromissos, mas honrar suas dívidas.

O Brasil está fazendo sua parte. Em apenas dois anos, já reduzimos pela metade a área desmatada na Amazônia, mostrando que é possível agir concretamente pelo clima.

Lançaremos em Belém uma iniciativa inovadora para preservar as florestas: o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). É inovador por ser um fundo de investimento, e não de doação. O TFFF remunerará quem mantiver suas florestas em pé e também quem investir no fundo. Uma lógica de ganha-ganha no enfrentamento à mudança do clima. Liderando pelo exemplo, o Brasil anunciou investimento de US\$ 1 bilhão no TFFF e esperamos anúncios igualmente ambiciosos de outros países.

Também demos o exemplo ao nos tornarmos o segundo país a apresentar sua nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). O Brasil se comprometeu a reduzir entre 59 e 67% suas emissões, abrangendo todos os gases de efeito estufa e todos os setores da economia.

É nesse sentido que convocamos todos os países a apresentarem NDCs igualmente ambiciosas e as implementarem efetivamente.

A transição energética é fundamental para o

cumprimento da NDC brasileira. Nossa matriz energética é uma das mais limpas do mundo, com 88% da eletricidade vinda de fontes renováveis. Somos líderes em biocombustíveis e avançamos na energia eólica, solar e hidrogênio verde.

Direcionar recursos da exploração do petróleo para financiar a transição energética justa, ordenada e equitativa será fundamental. As empresas petroleiras do mundo, como a brasileira Petrobras, com o tempo se transformarão em empresas de energia, porque é impossível seguir indefinidamente com um modelo de crescimento baseado nos combustíveis fósseis.

As pessoas devem estar no centro das decisões políticas sobre o clima e a transição energética. Precisamos reconhecer que os setores mais vulneráveis da nossa sociedade são os mais afetados pelos efeitos da mudança climática, por isso, os planos de transição justa e adaptação precisam ter como objetivo o combate às desigualdades.

Não podemos esquecer que 2 bilhões de pessoas não têm acesso à tecnologia e combustíveis limpos para cozinhar. 673 milhões de pessoas ainda vivem com fome no mundo. Em resposta a isso, lançaremos, em Belém, uma Declaração sobre Fome, Pobreza e Clima. É essencial que o compromisso da luta contra o aquecimento global esteja diretamente relacionado ao combate à fome.

Também é fundamental que avancemos com a reforma da governança global. Hoje o multilateralismo sofre com a paralisação do Conselho de Segurança da ONU. Criado para preservar a paz, não consegue impedir as guerras. É nossa obrigação, portanto, lutar pela reforma dessa instituição.

Na COP30, defenderemos a criação de um Conselho de Mudança do Clima da ONU, vinculado à Assembleia Geral. Uma nova estrutura de governança, com força e legitimidade para garantir que os países cumpram o que prometeram. Um passo efetivo para reverter a atual paralisação do sistema multilateral.

A cada Conferência do Clima, ouvimos muitas promessas, mas poucos compromissos efetivos. A época das cartas de boas intenções se esgotou: é chegada a hora dos planos de ação. Por isso, começamos hoje a “COP da verdade”.

## Precisamos de uma educação que prepare os estudantes para o futuro



» MOZART NEVES RAMOS  
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto

Este artigo trata de uma conversa que tive com Ivan Pereira, um jovem que muito admiro, que terminou virando um podcast sobre políticas públicas de educação ([youtu.be/-y5rWgpQzws](https://youtu.be/-y5rWgpQzws)). Ele começou me perguntando: “Qual o maior desafio da educação em nosso país?”. Eu lhe disse, sem hesitar: “Colocar numa mesma equação quantidade e qualidade”. De imediato, ele me questionou: “Como assim, pode me explicar melhor?”. Eu lhe respondi que vencemos praticamente a questão do acesso à escola dos 4 aos 17 anos, portanto, estamos falando de quantidade; mas precisamos avançar — e muito — no campo da aprendizagem escolar e na redução das desigualdades. Disse-lhe ainda que essa desigualdade tem determinantes conhecidos — como o fator socioeconômico —, mas, além disso, há variáveis intraescolares decisivas, como a qualidade do professor e a liderança do diretor.

Em certo momento, Ivan me perguntou: “Como você enxerga a participação do estudante nesse processo?”. Fui buscar a resposta lá atrás, quando ainda exercia a docência — algo que fiz por mais de 35 anos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Lembrei-me de uma certa aula de termodinâmica em que não soube responder a algo que um estudante havia me perguntado. Quem me socorreu foi outro estudante, usando seu celular, que, em segundos, transmitiu corretamente a resposta da qual eu precisava. Eu também tinha celular, mas... Em vez de proibir o celular, transformei-o em ferramenta de cocriação: a cada nova aula, dois estudantes monitoravam as novidades por meio dele e traziam contribuições. O que vi, então, foi o protagonismo estudantil gerando engajamento e contribuindo para o processo do ensino e da aprendizagem. Os jovens não querem um “mundo dado”; querem ser coautores do seu aprendizado — e esse protagonismo, bem mediado, melhora os resultados. Professor e alunos aprendem juntos.

Ivan então me disse que tudo isso nos leva a um tema incontornável: a formação docente — com o que concordei de imediato. Disse-lhe que a formação no Brasil é ainda muito conteudista — o que não se coaduna com o mundo disruptivo em que estamos vivendo. As mudanças não são mais lineares e, sim, exponenciais. Como disse Richard Hamming — matemático americano já falecido —, “o professor deve preparar o aluno para o futuro do aluno, e não para o passado do professor”.

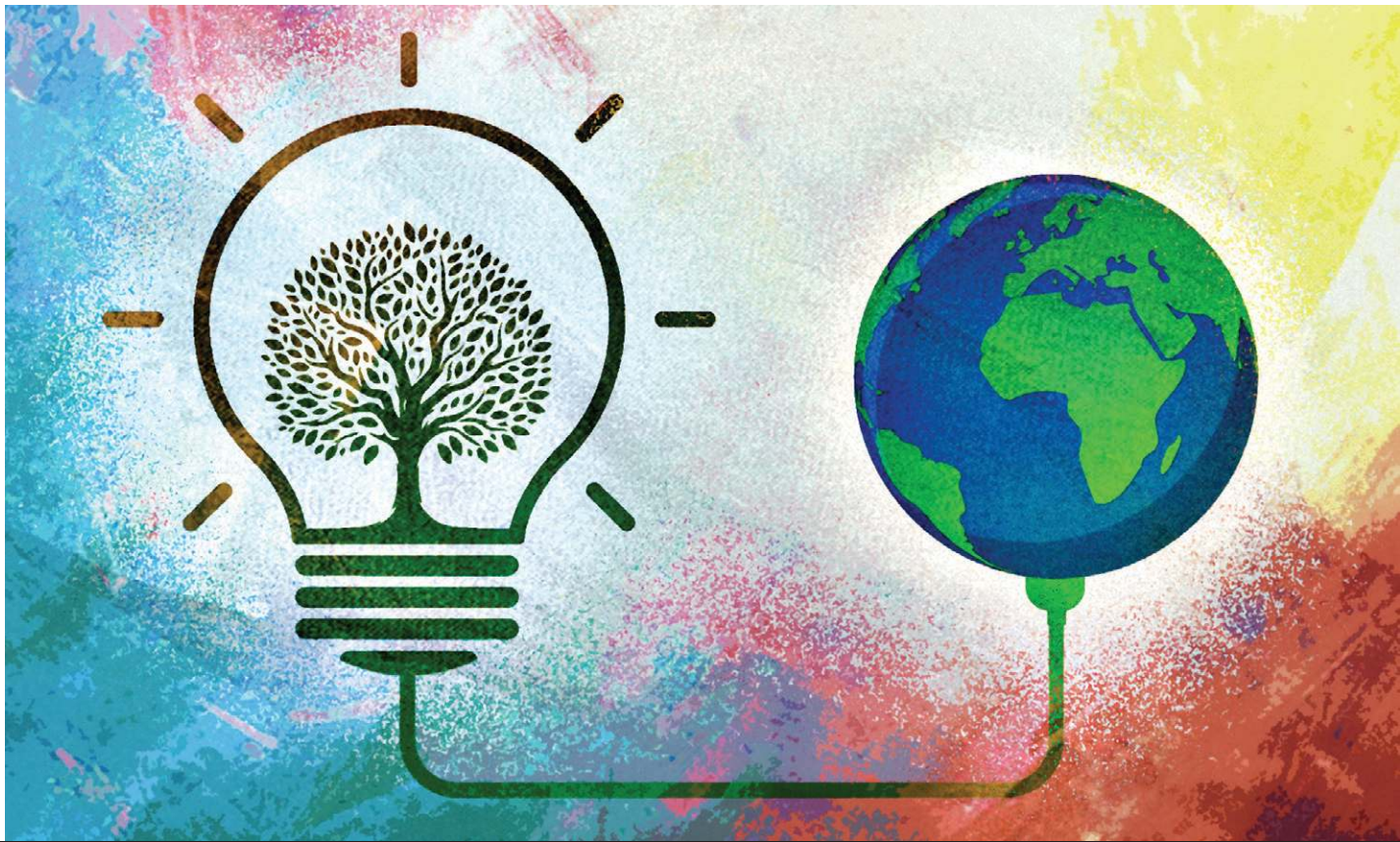
A observação seguinte foi inevitável. “Isso significa”, disse Ivan, “que precisamos oferecer uma educação plena aos nossos estudantes, uma educação que vá além das competências cognitivas” — com o que concordei de imediato. É preciso inserir nos currículos escolares o desenvolvimento de competências sociais, emocionais e físicas aos nossos estudantes. Mas reforcei que é preciso dar intencionalidade curricular em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — que não é um currículo, mas uma bússola que nos leva a uma formação integral, conforme reza o Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Caso contrário, corremos o risco de premiar práticas que não correspondem ao nosso tempo.

Ivan, então, lembrou que estamos vivendo um ano importante para nossa educação, com a aprovação pelo Congresso Nacional do Sistema Nacional de Educação (SNE) e com a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE). De fato, ele trouxe à tona dois instrumentos decisivos para o aperfeiçoamento das políticas públicas de educação em nosso país. Para lhes dar escala e continuidade, é indispensável fortalecer a governança do sistema. O SNE, por exemplo, oferece uma oportunidade rara: integrar dados, garantir o monitoramento e apoiar a gestão por evidências. Mas, sozinho, os dados não mudam a sala de aula; é preciso conferir apoio técnico às redes, à formação de professores e gestores, ao regime de colaboração e à participação social.

Para concluir, Ivan me pergunta: “O que recomendaria aos parlamentares e gestores da educação?”. “Muitas coisas”, disse eu, mas apontaria que, neste momento, devem colocar a educação integral explicitamente no centro do PNE que se discute no Congresso, com diretrizes e instrumentos que deem lastro à dimensão socioemocional; articulem o financiamento a resultados com foco em equidade; fortaleçam as carreiras docentes e aproximem universidades e escolas; alinhem avaliação, currículo e formação a uma mesma visão de qualidade; e cuidem da continuidade — pois a descontinuidade tem sido um inimigo silencioso da educação brasileira.

No fundo, trata-se de reconhecer que educar é uma maratona, não uma corrida de 100 metros: a beleza está em aprender a cada passo, construindo sentido e legado. O que diferenciará as pessoas, no futuro, não será terem mais ou menos tecnologia à disposição, mas suas qualidades humanas — e a escola é o lugar por excelência para cultivá-las, com ciência, intenção e cuidado.

Maurenilton Freire/CB/D.A Press



## Potência econômica e país desenvolvido



» MARCELLO AVERBUG  
Consultor econômico, ex-professor da UFF, economista aposentado do BNDES

Após a Segunda Guerra Mundial, mudou a maneira de interpretar os antes chamados países economicamente atrasados. Até 1945, predominava a ideia de que alguns deles iriam progredir espontaneamente graças ao adequado aproveitamento, via mercado, de suas vocações naturais e vantagens comparativas.

Ao final da guerra, ganhou força a convicção de que a fuga da condição de atrasado ou pobre, sob o regime capitalista, exigia algo mais incisivo: a execução de intensas políticas governamentais. Esse seria o caminho que conduziria ao progresso e a profundas melhorias nos indicadores sociais. O processo que atendesse a tais requisitos foi denominado como desenvolvimento integrado.

Passou a ser discutida, então, a diferença entre crescimento, onde há aumento do PIB sem alterações relevantes no perfil da sociedade, e desenvolvimento, onde o incremento do PIB é acompanhado por mudanças estruturais que ramificam a prosperidade pelos diversos segmentos da sociedade e regiões do país.

Durante os anos 1960, o debate sobre desenvolvimento versus crescimento foi sepultado, abatido

pelo consenso de que o que interessa mesmo é o desenvolvimento. Porém, os atuais comportamentos de parte dos chamados países emergentes e do resto do mundo revelam a possibilidade de surgimento de um novo estilo de debate. Isto é, ao longo dos últimos anos ampliou-se a ambição de atingir o status de potência econômica em detrimento do anseio pelo desenvolvimento integrado.

Sob esse prisma, o mais importante seria brilhar no cenário internacional através do tamanho absoluto da economia, menosprezando-se o panorama verificado no visual da qualidade de vida das diversas classes sociais.

Esse enfoque induz à seguinte pergunta: qual é a vantagem em figurar entre as maiores economias do mundo? Como resposta, pode-se afirmar que ser potência econômica não garante a existência de satisfatória equidade social, mediante a qual o nível de bem-estar da população não apresente discrepâncias radicais.

Os Estados Unidos são o melhor exemplo de nação que atingiu, concomitantemente, a condição de desenvolvido e de potência econômica. Porém, isso não significa que destino semelhante esteja reservado aos países hoje batalhando pela sua prosperidade.

Por exemplo: na Índia, por mais que a economia aumente de porte, são remotas as chances de haver substancial redução em seus enraizados desequilíbrios sociais e regionais e de rompimento de estratificações de várias naturezas. A China já é uma potência econômica, mas encontra-se longe de ser classificada como desenvolvida.

Em face da abundância territorial, populacional e de recursos naturais, as possibilidades do Brasil caminhar em direção ao desenvolvimento integrado são substanciais, inclusive pelo fato de ser uma nação não engessada por tabus medievais, com elevado índice de urbanização e detentora de mobilidade social superior à da maioria dos emergentes. Porém, nosso país corre o risco de satisfazer-se com a honra de subir ao pódio das economias de maior porte, a despeito de abrigar contrastes acentuados no padrão de vida de seus habitantes.

Contrastando com o que foi exposto anteriormente neste artigo e a título de provocação, vale a pena considerar também mais uma alternativa conceitual, pela qual a definição pós-guerra de desenvolvimento integrado seria interpretada como utópica.

Em outras palavras: aceitar que cada nação tenha o direito de seguir os próprios parâmetros para definir seu grau de satisfação com a realidade nacional, independentemente dos indicadores de desenvolvimento consagrados internacionalmente. Mesmo porque em alguns países a imposição desses indicadores pode até ser interpretada como agressão às suas tradições. Sob a ótica dessa alternativa teríamos que admitir o ostracismo de parte dos atuais símbolos de desenvolvimento e, assim, conviver com a heterogeneidade entre os perfis sociais, econômicos, políticos e culturais das nações tidas como bem-sucedidas.

Seria oportuno haver uma reflexão da comunidade mundial sobre qual das alternativas descritas merece ser classificada como desejável.